

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 18.

#### Teoria do Humanitismo

(Quincas Borba, o filósofo, explica sua filosofia a Rubião, seu enfermeiro)

1 — Não há morte. O encontro de duas expansões, ou  
a expansão de duas formas, pode determinar a supressão  
de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida,  
4 porque a supressão de uma é princípio universal e comum.  
Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu  
um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas  
7 apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim  
adquire forças para transpor a montanha e ir à outra  
vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas  
10 tribos dividem em paz as batatas do campo, não chegam a  
nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz,  
nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma  
13 das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a  
alegria da vitória, os hinos, as aclamações, as recompensas  
públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a  
16 guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a  
dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e  
ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo  
19 racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que  
virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao  
vencedor, as batatas.

Machado de Assis. **Quincas Borba**. Rio de Janeiro: Nova  
Aguilar, 1997, p. 648-649 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto, julgue os itens de 1 a 7.

- 1 Deduz-se do texto que Quincas Borba dirige-se a Rubião tentando convencê-lo, por meio da descrição, a tomar partido de um dos lados, o do vencedor ou o do vencido.
- 2 Do texto se infere a intenção do autor de demonstrar que, segundo Quincas Borba, a vitória ou a derrota de cada tribo é determinada pelo campo de batatas.
- 3 A vitória de uma das tribos provoca hinos, alegrias e outros efeitos das guerras e aponta para a conquista de outro território, o que revela que o homem comemora aquilo que lhe traz vantagem e prazer, ainda que isso implique a ruína de outros.

- 4 A frase “ao vencedor, as batatas” (linhas 20 e 21) permite a compreensão de que os vencedores podem desfrutar das batatas nos campos de guerra, simplificando a máxima da Teoria do Humanitismo, segundo a qual, na luta pela sobrevivência, quem vence é o mais forte.
- 5 A Teoria do Humanitismo, de Quincas Borba, enxerga a guerra como forma de seleção dos mais aptos.
- 6 Compreende-se do texto que o relacionamento entre as duas tribos pode ser amistoso, “dividem em paz as batatas do campo” (linha 10), ou competitivo, “extermina a outra e recolhe os despojos” (linha 13).
- 7 No texto, fica evidenciado que as duas tribos coexistem pacificamente, desde que tenham “forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância” (linhas 8 e 9) para ambas.

Julgue os itens de 8 a 18 quanto à estruturação linguística e à coesão do texto.

- 8 No trecho “O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas” (linhas de 1 a 3), a eliminação das duas vírgulas e a flexão da forma verbal no plural – **podem** – manteriam a correção gramatical, ainda que se alterassem os sentidos originais do texto.
- 9 Na linha 7, a forma verbal “chegam” tem o significado de **bastam**.
- 10 O emprego do acento indicativo de crase no segmento “à outra vertente” (linhas 8 e 9) decorre da regência do verbo “ir” (linha 8) em presença de artigo feminino que define “outra vertente”.
- 11 Na linha 9, o elemento “mas” serve para introduzir uma explicação à oração anterior.
- 12 O termo “inanição” (linha 11), cujo sinônimo é **inânia**, significa, no contexto, **magreza**.
- 13 No trecho “A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação” (linhas 11 e 12), há uma relação hiperbólica.
- 14 Nas linhas 9 e 15, o elemento “se”/“Se” tem a mesma função sintática, ou seja, serve para introduzir oração com sentido causal.
- 15 No segmento “tais demonstrações” (linha 16), o vocábulo “tais” retoma os elementos enumerados na sentença introduzida por “Daí” (linha 13).
- 16 O termo “isso” (linha 16) retoma as duas sentenças imediatamente antecedentes.
- 17 No trecho “o que lhe é aprazível” (linha 18), o elemento “lhe” refere-se ao antecedente “motivo” (linha 17).
- 18 A supressão da vírgula imediatamente após “vantajoso” (linha 18) prejudicaria a correção gramatical do texto.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do programa Microsoft Excel 2013, do sistema operacional Windows 8 e do programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais recente, julgue os itens de **19 a 24**.

- 19** No Excel 2013, antes de se utilizar a opção salvar para uma nova planilha, a barra de título exibe a seguinte informação: c:\temporary\Pasta1.xlsx.
- 20** Ao digitar a fórmula =NÚM.CARACT("CRECI") em uma célula qualquer do Excel 2013 e pressionar , esta célula apresentará como resultado o número 5.
- 21** O Windows 8 teve alguns de seus itens do Painel de Controle renomeados, divididos ou combinados. O item Programas e Recursos, por exemplo, refere-se ao item Adicionar ou remover programas da versão anterior do Windows.
- 22** No Windows 8, ao colocar arquivos em uma pasta pública, eles poderão ser compartilhados com outros usuários, no mesmo computador.
- 23** O Sync é um recurso inteligente de reconhecimento de dispositivos, do Firefox, que permite compartilhar os dados do usuário, como, por exemplo, favoritos e histórico, entre os dispositivos conectados, sem a necessidade de criação de contas.

- 24** Mesmo sendo um navegador robusto e eficiente, o Firefox não permite ao usuário salvar uma página *web* em seu computador, uma vez que essas páginas possuem diversos recursos e funcionalidades que as impedem de serem salvas.

No que diz respeito aos sítios de busca e pesquisa na Internet, aos procedimentos de segurança da informação e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais, julgue os itens de **25 a 30**.

- 25** Ao digitar o termo "corretores de imóveis com creci", incluindo as aspas duplas, na caixa de pesquisa do Google, serão mostrados os resultados que correspondem exatamente ao termo digitado entre as aspas duplas.
- 26** Google, Bing e Ask são exemplos de sistemas de busca na Internet.
- 27** Com o objetivo de definir uma estrutura da área de segurança da informação em uma organização, é permitido utilizar somente recursos humanos próprios. Serviços de terceiros devem ser descartados, mesmo que eles possuam experiência comprovada na área de segurança da informação.
- 28** Um procedimento de segurança que pode ser adotado pelas organizações no intuito de salvaguardar a informação é reservar tempo para que seus usuários sejam conscientizados a respeito da proteção da informação para a organização.
- 29** Um *rootkit* é capaz de criar arquivos no sistema operacional sem a autorização do usuário administrador do computador. Contudo, não consegue ocultá-los.
- 30** Embora sejam muito eficientes, os Cavalos de Troia não podem ser utilizados para conduzir o usuário para *sites* falsos. Sua principal função é entrar no computador e liberar uma porta para uma possível invasão de outros tipos de vírus e *worms*.

**CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES**

Quanto à ética no serviço público, julgue os itens de **31 a 36**.

- 31** O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- 32** A ética pode ser definida como uma ligação jurídico-política que o indivíduo tem com o Estado a que pertence e que lhe garante direitos e lhe impõe obrigações.
- 33** É um dever do servidor público deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
- 34** Um ato "amoral" se refere a uma conduta contrária às regras morais vigentes em uma dada cultura.
- 35** Votar e ser votado, participar ativamente na elaboração das leis e exercer funções públicas são exemplos de direitos do cidadão no exercício da cidadania.
- 36** Dilemas são situações nas quais nos encontramos em que uma decisão deve ser tomada, mas nenhuma das alternativas que se apresentam como caminhos para a solução satisfaz nossas expectativas.

Julgue os itens de **37 a 40** no que diz respeito ao direito de associação na Constituição Federal de 1988.

- 37** As associações podem ter seus trabalhos suspensos por ato do Poder Executivo praticado no exercício do poder de polícia.
- 38** As associações ostentam legitimidade para atuar como substitutas processuais de seus membros, postulando direito alheio, em nome próprio, independentemente de prévia autorização individual expressa.
- 39** A livre associação é direito cujas diferentes dimensões somente podem ser exercidas coletivamente, isto é, por um grupo.
- 40** A vedação ao caráter paramilitar das associações impede a utilização de uniformes, a nomenclatura de cargos ou o uso de armas.

Julgue os itens de **41 a 44** acerca do princípio constitucional da eficiência aplicável à Administração Pública.

- 41** A eficiência concretiza-se também por meio da imparcialidade, que põe o interesse público acima de interesses alheios do administrador.
- 42** A Constituição, para além de impor a eficiência como princípio cuja concretização deva ser constantemente buscada, estabeleceu mecanismos de controle de sua observância, como a possibilidade de participação dos usuários de serviços públicos em sua administração.
- 43** A transparência é instrumento de combate à ineficiência na medida em que viabiliza a fiscalização da prestação dos serviços e da atividade administrativa de maneira geral.
- 44** Eficiência se confunde com eficácia, ambas compreendidas como o adimplemento das competências ordinárias pela Administração.

Julgue os itens de **45 a 48** no que concerne à classificação das constituições.

- 45** As constituições não escritas são aquelas baseadas estritamente no direito consuetudinário, sem constar de quaisquer diplomas legislativos.
- 46** As constituições semirrígidas são aquelas que contêm disposições passíveis de alteração pelo poder constituinte derivado e outras inalteráveis (cláusulas pétreas).
- 47** As constituições sintéticas dedicam-se apenas às normas gerais de regência do Estado, disciplinando e limitando seu poder.
- 48** As constituições dirigentes traçam um plano que impõe missão constitucional a ser perseguida notadamente pelo legislador.

Com relação a processo administrativo, julgue os itens de **49 a 52**.

- 49** O processo administrativo pode ser iniciado de ofício ou a requerimento do interessado, exigidas, nesse último caso, manifestação por escrito e identificação.
- 50** A delegação de competências no âmbito de processo administrativo pressupõe subordinação hierárquica.
- 51** A avocação de competências no âmbito de processo administrativo pressupõe subordinação hierárquica.
- 52** Inexistindo norma que estabeleça competência para a prática de determinado ato em processo administrativo, a providência caberá à autoridade máxima.

No que se refere à Administração Pública, julgue os itens de **53 a 56**.

- 53** A administração direta alcança os órgãos dos poderes políticos dos entes federativos com competência administrativa.
- 54** A administração indireta deriva de descentralização, que se dá por razões de ordem administrativa e segundo juízo de conveniência e de oportunidade.
- 55** As associações públicas ostentam natureza autárquica e, por isso, integram a administração indireta.
- 56** A descentralização pode se dar em caráter genérico, com atividades abrangentes, que poderão ser mais bem concretizadas segundo a interpretação do administrador.

A respeito de bens públicos, julgue os itens de **57 a 60**.

- 57** Os bens de uso especial, na medida em que funcionam como instrumentos de consecução da atividade administrativa, ostentam afetação que os grava de indisponibilidade enquanto conservarem essa qualidade.
- 58** Os bens públicos disponíveis são assim considerados porque são de livre alienação.
- 59** Embora os bens públicos sejam imprescritíveis, é possível ao Poder Público adquirir bens por meio de usucapião.
- 60** As terras devolutas, que se caracterizam por sua não utilização para finalidade pública específica, são constitucionalmente de propriedade da União, que poderá conceder seu uso aos estados.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação a acesso à informação (Lei n.º 12.527/2011), julgue os itens de **61 a 65**.

- 61** Quando não for autorizado o acesso integral à informação, por ser parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte sem sigilo.
- 62** É vedado exigir o motivo determinante da solicitação de informações de interesse público.
- 63** A informação armazenada em formato digital somente poderá ser fornecida nesse formato.
- 64** É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão que negar o acesso.
- 65** É lícito ao agente público acessar ou permitir acesso indevido à informação pessoal.

No que se refere ao acesso à informação, regulamentado pelo Decreto n.º 7.724/2011, julgue itens de **66 a 70**.

- 66** São passíveis de classificação as informações consideradas como imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
- 67** Os prazos máximos de classificação do grau secreto são de 25 anos.
- 68** A classificação de informação no grau ultrassecreto é de competência da presidência da República, dos ministros de Estado e das autoridades que exerçam funções de chefia no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.
- 69** As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para a realização de ações de interesse público deverão dar publicidade mediante cópia integral dos convênios realizados com o Poder Executivo Federal e relatórios finais de prestação de contas.
- 70** O pedido de acesso a informações pessoais estará condicionado à comprovação da identidade do requerente, não sendo admitida solicitação por terceiros.

Quanto ao Regimento Interno do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 5.ª Região (CRECI-GO), julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** A estrutura organizacional do CRECI-GO compõe-se de Plenário, Diretoria, Tesouraria, Tribunal de Ética, Corregedoria e outras Comissões e Grupos de Trabalho.
- 72** Compete ao Conselho Fiscal movimentar, com o presidente, contas bancárias, inclusive assinando cheques.
- 73** A Coordenadoria de Fiscalização tem como atribuição fiscalizar o exercício da profissão de corretor de imóveis no âmbito daquela região e compõe-se de tantos membros quantos necessários para a consecução de seus objetivos.
- 74** No julgamento de processos disciplinares sigilosos, só permanecerão no recinto os conselheiros, as partes diretamente interessadas e seus advogados constituídos, além do pessoal administrativo necessário.
- 75** Prescreve em dois anos, a contar do fato, o direito de denúncia contra diretor ou conselheiro fiscal pela prática de irregularidade administrativa.

De acordo com o Código de Processo Disciplinar, Resolução-COFECI n.º 146/1982, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** Para cada infração, o agente de fiscalização deverá fazer um auto individualizado.
- 77** O auto de infração será lavrado no estabelecimento do infrator, sendo considerado para esse fim o escritório do corretor de imóveis, a sede da matriz ou da filial e o *stand* ou posto de venda em locais de construção, de incorporação ou de loteamento.
- 78** Os contratos de intermediação imobiliária deverão ser arquivados no escritório do corretor de imóveis contratado, durante um ano, contado do vencimento do prazo de vigência, à disposição da fiscalização.
- 79** O processo de representação será de natureza escrita e oral, permitindo provas documentais, periciais e testemunhais e acareações.
- 80** A denúncia poderá ser apresentada por qualquer pessoa e deverá narrar, fundamentadamente, os fatos e as circunstâncias caracterizadoras da infração, sendo facultativa a identificação.

À luz do Código de Processo Disciplinar, Resolução-COFECI n.º 146/1982, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** A lavratura do auto de infração ou do termo de representação interrompe o prazo prescricional.
- 82** Será responsabilizado administrativamente o servidor do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI) que der causa ao arquivamento de processo disciplinar paralisado há mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento.
- 83** Na autuação fundamentada em anúncio, será dispensada a juntada do documento quando houver a descrição do teor.
- 84** O autuado será cientificado pessoalmente da decisão do processo disciplinar no endereço que consta no CRECI.
- 85** O autuado poderá recorrer, no prazo de trinta dias, contra a decisão que julgar procedente a autuação, tendo efeito suspensivo.

Com base no Código de Ética Profissional dos Corretores de Imóveis, Resolução-COFECI n.º 326/1992, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** É vedado ao corretor de imóveis anunciar capciosamente.
- 87** Cumpre ao corretor de imóveis comunicar, imediatamente, ao cliente o recebimento de valores ou documentos a ele destinados.
- 88** O corretor de imóveis que se referir desairosamente sobre seus colegas comete transgressão de natureza leve.
- 89** O corretor de imóveis responde civil e penalmente por atos profissionais danosos ao cliente, desde que tenha agido intencionalmente.
- 90** O corretor que desvia cliente de outro corretor de imóveis pratica grave transgressão ética.

A partir do que dispõe a Resolução-COFECI n.º 327/1992, julgue os itens de **91 a 95**.

- 91** O corretor de imóveis que tiver mais de um domicílio deverá manter inscrição principal em cada Conselho Regional do local.
- 92** O cancelamento da inscrição principal acarretará, automaticamente, a da inscrição secundária, mas a perda desta não determinará a daquela.
- 93** O exercício da profissão de corretor de imóveis somente poderá ser iniciado após o pagamento integral da primeira anuidade.
- 94** Caso a carteira profissional seja extraviada, o Conselho Regional expedirá segunda via, isenta de emolumentos.
- 95** A atividade de intermediação imobiliária pela pessoa jurídica somente poderá ser iniciada após o atendimento das formalidades da inscrição e do pagamento da primeira anuidade.

Conforme a Resolução-COFECI n.º 327/1992, julgue os itens de **96 a 100**.

- 96** A anuidade será paga até o último dia útil do primeiro bimestre de cada ano, salvo a primeira, que deverá ser paga no ato da inscrição.
- 97** Não ocorrendo a entrega espontânea da carteira e da cédula de identidade profissional quando do cancelamento da inscrição principal, o Conselho Regional deverá requerer sua busca e apreensão.
- 98** À pessoa que tiver sua inscrição cancelada por falta de pagamento de anuidades e voltar a se inscrever no mesmo Conselho Regional será atribuído o mesmo número de inscrição.
- 99** A inscrição principal no CRECI de origem será considerada como cancelada na data da efetivação da transferência para outro Conselho Regional.
- 100** O requerimento de inscrição principal será instruído com declaração do requerente, sob as penas da lei, de que não responde a inquérito, à execução civil ou a processo falimentar e não teve títulos protestados no último quinquênio.

Com base na Resolução-COFECI n.º 1.127/2009, julgue os itens de **101 a 104**.

- 101** O registro de estágio somente será concedido após o primeiro semestre do curso, com frequência atestada pela escola.
- 102** O porte da cédula de identidade de estagiário é obrigatório ao estudante no exercício do estágio, a fim de apresentá-la ao fiscal do CRECI quando solicitada, sob pena de autuação por exercício ilegal da profissão contra o estudante.
- 103** O registro de estágio será instruído com a prova de quitação da taxa paga pelo concedente, no valor correspondente a 30% do valor da anuidade da pessoa física.
- 104** O estágio obrigatório é desenvolvido com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos do estudante e introduzi-lo no mercado de trabalho. Durante o estágio, o estudante poderá observar, acompanhar e também colaborar com o atendimento ao público e a prática de atos privativos da profissão.

Segundo a Lei n.º 6.530/1978, julgue os itens de **105 a 109**.

- 105** A eleição dos membros dos Conselhos Regionais será por voto pessoal delegável, secreto e facultativo.
- 106** Somente poderão ser membros do Conselho Regional os corretores de imóveis com inscrição principal na jurisdição há mais de dois anos que não tenham sido condenados por infração disciplinar.
- 107** A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais ocorrerá por superveniência de causa de que resulte a suspensão da inscrição.
- 108** Compete ao Conselho Federal homologar tabelas de preços de serviços de corretagem para uso dos inscritos, elaboradas pelos sindicatos.
- 109** É vedado ao corretor de imóveis anunciar imóvel loteado ou em condomínio sem mencionar o número de registro do loteamento ou da incorporação no Registro de Imóveis.

Com relação à Lei n.º 6.530/1978, julgue os itens de **110 a 114**.

- 110** Cabe ao Conselho Federal intervir temporariamente nos Conselhos Regionais, nomeando Diretoria provisória, até que seja regularizada a situação ou, se isso não ocorrer, até o término do mandato se tiver havido atraso injustificado no recolhimento da contribuição.
- 111** Compete ao Conselho Federal fixar os limites mínimos das multas, anuidades e emolumentos devidos aos Conselhos Regionais.
- 112** Constitui receita do Conselho Federal a percentagem de 25% sobre as anuidades arrecadadas pelos Conselhos Regionais.
- 113** O corretor de imóveis poderá associar-se a uma ou mais imobiliárias, desde que mantenha vínculo empregatício e haja compatibilidade de horário.
- 114** O Conselho Federal é autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Trabalho, com autonomia administrativa, operacional e financeira.

Quanto ao Decreto n.º 81.871/1978, julgue os itens de **115 a 120**.

- 115** O Conselho Federal reunir-se-á com a presença mínima de dois terços de seus membros.
- 116** Um terço dos membros dos Conselhos Regionais efetivos e respectivos suplentes será indicado pelos sindicatos de corretores de imóveis, dentre seus associados, diretores ou não.
- 117** As Diretorias dos Conselhos Regionais serão compostas de um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, eleitos pelo Plenário, dentre seus membros, na primeira reunião extraordinária.
- 118** Junto aos Conselhos Regionais funcionará um Conselho Fiscal composto de três membros, efetivos e suplentes, eleitos dentre os seus membros.
- 119** As instâncias recorridas não poderão reconsiderar suas próprias decisões.
- 120** É facultativa a inclusão do número da inscrição se constar o nome do corretor de imóveis nos impressos relativos à atividade profissional.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O inciso XXXIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

### Os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis e a Lei n.º 12.527/2011

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) aplicabilidade da Lei n.º 12.527/2011 aos Conselhos Regionais;
- b) pelo menos três informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e passíveis de restrição;
- c) classificação e prazos máximos de restrição de acesso à informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; e
- d) sanções aplicáveis à pessoa que detiver informações em virtude de vínculo com o Poder Público e deixar de observar o disposto na Lei n.º 12.527/2011.